



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Carlos Emanuel da Silva Caridade

**Pessoa sem-abrigo: Narrativas pessoais,
condições sociais e políticas**

Outubro 2017



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Carlos Emanuel da Silva Caridade

**Pessoa sem-abrigo: Narrativas pessoais,
condições sociais e políticas**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Psicologia Aplicada

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Luísa Saavedra

Outubro 2017

DECLARAÇÃO

Nome: Carlos Emanuel da Silva Caridade

Endereço eletrónico: pg29488@alunos.uminho.pt

Número do Cartão de Cidadão: 14319767 3 ZY1

Título da dissertação: Pessoa sem-abrigo: Narrativas pessoais, condições sociais e políticas.

Orientador: Professora Doutora Luísa Saavedra

Ano de conclusão: 2017

Designação do Mestrado: Mestrado em Psicologia Aplicada

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, __/__/____

Assinatura: _____

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Introdução.....	6
Método.....	9
Participantes.....	9
Instrumento.....	10
Procedimentos.....	10
Método de análise – Análise temática.....	11
Resultados.....	11
Discussão.....	15
Conclusão.....	20
Referências.....	22

*“Vós que viveis tranquilos
Nas vossas casas aquecidas,
Vós que encontráis regressando à noite
Comida quente e rostos amigos:
Considerai se isto é um homem
Quem trabalha na lama
Quem não conhece a paz,
Quem luta por meio pão
Quem morre por um sim ou por não.
Considerai se isto é uma mulher,
Sem cabelo e sem nome
Sem mais força para recordar
Vazios os olhos e frio o regaço
Como uma rã no Inverno.
Meditai que isto aconteceu:
Recomendo-vos estas palavras.
Esculpi-as no vosso coração
Estando em casa, andando pela rua,
Ao deitar-vos e levantar-vos;
Repeti-as aos vossos filhos.
Ou que desmorone a vossa casa,
Que a doença vos entrave,
Que os vossos filhos vos virem a cara.”*

(Se isto é um Homem, Primo Levi)

***Para o meu eterno Amigo João Gomes, que sonhava ver este momento acontecer,
dedico-te todo o resultado deste trabalho.***

Agradecimentos

À Universidade do Minho, na figura da Professora Doutora Luísa Saavedra, por todo o carinho, apoio e dedicação ao longo do meu percurso académico.

Ao meu grande amigo Hugo Fernandes pelos ensinamentos, pelo apoio e pela dedicação que sempre teve comigo.

Ao Centro de Apoio ao Sem-abrigo da cidade de Lisboa, por me integrarem na sua equipa e me permitirem ajudar nas saídas da segunda-feira.

Aos meus queridos amigos Carlos Leão, Crina Silva, Vânia Esteves e Sofia Pinheiro pela amizade, pelo conforto e carinho. Definitivamente são e serão sempre pilares na minha vida.

Ao Élsio Afonso pelo companheirismo, pela força e por acreditar em mim mesmo em momentos de maior desânimo. Mesmo longe continuarás a fazer parte do meu caminho, da minha história.

À minha Tia Sofia, pelo orgulho que tem em mim e por gostar de mim de forma incondicional.

Ao meu pai e à minha irmã por acreditarem que conseguiria alcançar todos os meus objetivos.

À minha Mãe, ao meu grande exemplo de vida, ao meu grande amor, por me ter ensinado os valores essenciais para poder dedicar a minha vida a ajudar os outros.

Obrigado por acreditares em mim até ao fim!

A todos aqueles que durante o meu percurso académico estiveram presentes e me ajudaram a ultrapassar as adversidades.

Sou grato!

Resumo

A realidade da pessoa sem-abrigo representa um fenómeno psico-socio-antropológico, que muitos desafios têm lançado à comunidade científica. O objetivo do presente estudo foi identificar e discutir perceções de uma comunidade de pessoas sem-abrigo, da cidade de Lisboa. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, com recurso a uma entrevista semiestruturada, na qual participaram 6 pessoa sem-abrigo. Os dados são analisados com base na Análise Temática e apresentados à luz das narrativas identificadas, no âmbito das perceções quanto à escassez de oportunidades, exclusão social e apoio social percebido. A discussão é feita com suporte literário, lançando-se orientações, tanto para a investigação científica como ao nível da investigação-ação.

Palavras-chave: **Pessoa sem-abrigo, escassez de oportunidades, exclusão social, apoio social.**

Abstract

The reality of the homeless people represents a psycho-social-anthropological phenomenon, which has been launching many challenges in the scientific community. The purpose of this study was to identify and discuss perceptions of a homeless community in the city of Lisbon. A qualitative research was carried out, using a semi-structured interview, with the participation of 6 homeless people. The results are presented in the light of the narratives identified, with no right to perceptions, social exclusion and perceived social support. The discussion made with literature support and issuing guidelines, both for a pure scientific investigation, was the base to an action-research initiative.

Keywords: Homeless person, lack of opportunities, social exclusion, social support.

Introdução

Vários estudos têm-se debruçado em torno da realidade da pessoa sem-abrigo (Huffman, 2017; Pilar, 2016; Rivlin, 1985; Thomas, Gray, McGinty, & Ebringer, 2011). Contudo, tem ficado por esclarecer quais os pensamentos destas pessoas, quanto ao modo como se sentem tratadas pela sociedade e pela ação política, especificamente no contexto sociopolítico português. Especificamente, deparamo-nos com a falta de exploração de percepções de pessoa sem-abrigo, ao nível de conceitos como a escassez de oportunidades, a discriminação e o nível de suporte social percebido.

Segundo várias investigações (Pilar, 2016; Groton et al., 2017) este fenómeno não deve apenas ser abordado sob um mero ponto de vista das causas económicas, mas antes abarcar um conjunto de áreas que contribuem para esta realidade (e.g. vulnerabilidade, ruturas com vínculos socioafetivos ou trajetórias laborais de precariedade). Investigações suportadas pela teoria dos danos sociais (the social harm theory), subscrevem estas noções, reforçando uma sequência de acontecimentos associados ao processo de vulnerabilidade da pessoa sem-abrigo, começando pelo aparecimento de danos físicos, associados a morte, iatrogenia clínica, exposição a violência e algumas atividades laborais expostas a riscos e conseqüentemente carências financeiras e materiais patentes, bem como dificuldades no acesso a serviços vários como de saúde ou de justiça, por exemplo (Hillyard, Pantazis, Tombs, & Gordon, 2004). Tudo isto com conseqüências físicas e psicológicas manifestas (Hillyard et al., 2004; Pemberton, Fahmy, Sutton, & Bell, 2016; Wozniak, 2008). Assim, importa explorar e compreender narrativas que levem a um entendimento no que se refere às percepções da pessoa sem-abrigo quanto à postura social e ação política para com ela, bem como o impacto da exclusão social (Hoven, Ford, Willmot, Hagan, & Siegrist, 2016; Huffman, 2017).

De forma a conceptualizar a condição da pessoa sem-abrigo, a sua definição tem sido amplamente revista, o que revela a sua multidimensionalidade no que se refere às causas, vivências e realidades desta população (Huffman, 2017; Pilar, 2015). A pessoa sem-abrigo padece de uma condição onde não possui uma habitação regular. Segundo proposta de Rivlin (1985), a pessoa sem-abrigo pode ser integrada em quatro categorias: 1) pessoa sem-abrigo crónica (com causas normalmente associadas ao consumo de álcool e toxicodpendência, com recursos limitados); 2) pessoa sem-abrigo periódico (pessoa com habitação mas que por força de vários tipos de pressões se vê obrigada a pernoitar em residências, na rua ou em albergues, retornando à habitação quando essas pressões

diminuem; e.g. vítimas de violência doméstica ou emigrantes); 3) pessoa sem-abrigo temporário (quando numa situação inesperada tem de pernoitar na rua, embora com maior estabilidade que nos anteriores casos e durante períodos curtos); 4) pessoa sem-abrigo total (situações graves normalmente associado a traumas por não beneficiar de uma casa, sem definição de um papel social claro e pernoitando na rua ou em albergues, com fraco suporte social associado).

Thomas e colaboradores (2011) sugeriram que a pessoa sem-abrigo, é caracterizadas mediante três categorias, nomeadamente: 1) sem-abrigo primário (pessoa que mora em espaços improvisados); 2) sem-abrigo secundário (pessoa que reside com amigos, familiares ou em centros especializados de apoio a esta população; 3) sem-abrigo terciário (pessoa que vive em residências, caravanas ou carros). Este conceito aproxima-se da visão defendida por entidades portuguesas e europeias que intervêm sobre o fenómeno (e.g. Instituto da Segurança Social [ISS], 2015).

Historicamente, a pessoa sem-abrigo era rotulada de preguiçosa, desmotivada ou desinteressada pelo trabalho (Aldeia, 2017; Pilar, 2016; Shier, Jones & Graham, 2010), deixando assim esta população refém de variados estigmas sociais. Estes acarretam consequências de discriminação e exclusão social, associadas a menores possibilidades de realização e desenvolvimento pessoal, acessos vedados a empregos, bem como a exíguas oportunidades de integração na sociedade (Dwyer, Bowpitt, Sundin, & Weinstein, 2014; Pilar, 2016). Contudo, alguns estudos têm indicado a viabilidade de programas de promoção de competências, como forma de potenciar autonomia e realização pessoal desta população (Alcântara, Abreu & Farias, 2015; Hendry, Abokhodair, Kinsley, & Woelfer, 2017; Jesus e Menezes, 2010; Simões, 2016).

Com a influência de vários fatores, como a discriminação, os estereótipos ou o estigma social é comum existir, na pessoa sem-abrigo, uma vivência marcada pela *exclusão social* (Alcântara et al., 2015). Neste contexto, as ruturas sociais, profissionais ou familiares revelam-se fatores a ter em conta que vulnerabilizam a pessoa sem-abrigo tornando-a um grupo de risco com carências específicas (Dwyer et al., 2014; Hoven et al., 2016; Topolovec-Vranic et al., 2017). A nível político, alguns países têm procurado combater esta realidade com a criação de condições que permitam promover o seu bem-estar (Dwyer et al., 2014; Thomas et al., 2011). Contudo existem ainda carências e problemas burocráticos que, por vezes, exercem um efeito iatrogénico dos processos de prevenção e intervenção neste tipo de problemas (Gonçalves, 2016). O bem-estar desta população apenas pode ser conseguido quando as medidas políticas seguirem num sentido

de punição de comportamentos irresponsáveis (promotores da exclusão social) e de promoção da orientação e do bem-estar das pessoa sem-abrigo, vítimas de marginalização e exclusão social (Dwyer et al., 2014).

Outro aspeto a considerar diz respeito à vulnerabilidade no que consta a cuidados de saúde, já que esta população constitui um grupo de risco em termos de sofrerem acidentes ou de necessidades específicas (Topolovec-Vranic et al., 2017). Assim, especificamente no contexto político e social português, têm vindo a ser definidas estratégias que privilegiam a tentativa de promoção da inclusão da pessoa sem-abrigo, com o intuito de oferecer oportunidades de inclusão e conseqüentemente combatendo a exclusão social (ISS, 2015). Contudo, poucos estudos esclarecem, com dados na primeira pessoa, as perceções desta população sobre a eficácia e o sentimento destas neste tipo de intenções políticas, assim como também poucos exploram o impacto social dos programas implementados de modo estruturado (Simões, 2016).

Uma das conclusões de um estudo quantitativo realizado recentemente por Gonçalves (2016) destacou que no trabalho com a pessoa sem-abrigo, é importante a abertura à escuta ativa das narrativas e pontos de vista expressos. O autor acrescentou ainda que são necessários serviços que atendam à perspetiva da pessoa sem-abrigo. Isto porque, segundo os autores, esta forma de atuar possibilita uma participação ativa na realização do projeto de vida individual de cada pessoa e não como meros consumidores de serviços que lhes veem ser impostos.

No plano político, importa referir que Portugal foi um dos países pioneiros na clarificação do direito à habitação como uma medida integrada na constituição de 1976. Anteriormente, tinha também sido consagrado na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (Organização das Nações Unidas [ONU], 1948) o direito à satisfação de várias necessidades básicas do Ser Humano, entre elas o direito ao *alojamento*. Contudo, em termos metodológicos, os estudos e as intervenções levadas a cabo com este tipo de população encontram vários obstáculos que passam, desde logo, pela baixa canalização de verbas para o apoio a estas populações, no que à ação política diz respeito (Pilar, 2016; Speirs et al., 2013). Assim, existe a necessidade de se investir na pesquisa, para melhor conhecer esta população e assim desenvolver-se estratégias mais eficazes na prevenção e intervenção, já que constituem um grupo de risco em diversas problemáticas (Gonçalves, 2016; Topolovec-Vranic et al., 2017).

Outro aspeto, refere-se à sistematização de pesquisas que permitam conhecer com rigor os números desta problemática e que esclareçam o fenómeno de um modo global e

particularmente no contexto português (Pilar, 2016). Importa assim compreender a realidade destas populações e assim acrescentar conhecimento útil a diversas áreas do conhecimento como a psicologia, sociologia, serviço social, medicina, entre outras. Para além disso, têm ficado por explicar vários aspetos relacionados com as perceções que a pessoa sem-abrigo guarda sobre a realidade que a rodeia, nomeadamente no modo como se sente vista pela sociedade ou se sente apoiada pelas medidas políticas vigentes.

Face ao exposto, o objetivo geral do presente estudo é o de compreender a perceção de pessoa sem-abrigo face à sua condição social. Como objetivos específicos, pretendemos compreender a sua posição face ao nível da escassez de oportunidades, discriminação e apoio social percebido.

Método

Este é um estudo do tipo transversal, uma vez que os temas foram tratados com base numa recolha efetuada e analisada num único momento da realidade dos participantes (Pais-Ribeiro, 2010). Classifica-se também de estudo qualitativo, já que pretende compreender motivações, comportamentos, pensamentos e sentimentos de um dado grupo de pessoas através de entrevistas (pessoa sem-abrigo). A este respeito, Braun e Clarke (2006) referiram que a análise qualitativa, embora pouco reconhecida *à priori*, no âmbito científico, permite a análise de uma ampla gama de informações e conceitos, úteis para o desenvolvimento de hipóteses e conhecimento da realidade de um modo válido, amplo, e rigoroso, com vantagens e desvantagens no que a aquisição de conhecimentos diz respeito. Dada a sua natureza, é-lhe ainda conferido características exploratórias que possibilitarão identificar possíveis hipóteses para formulação de uma questão-problema, passível de ser explorada em futuros estudos (Pais-Ribeiro, 2010).

Participantes

Este estudo reúne uma amostra de 6 participantes (1 do sexo feminino), maioritariamente integrados na categoria primária segundo classificação proposta por Thomas e colaboradores (2011), ou seja: 1) sem-abrigo primário (vive em lugares de improvisado); 2) sem-abrigo secundário (reside com amigos, familiares ou instituições de apoio); 3) sem-abrigo terciário (vive em residências, caravanas ou carros). Os participantes tinham idades compreendidas entre os 36 e os 68 anos ($M=49.83$; $DP= 12.25$). Em termos

de habilitações, à exceção de um indivíduo que detinha o 12º ano, os participantes possuíam habilitações inferiores ao 9º ano de escolaridade (Tabela 1).

Tabela 1

Caraterização da amostra

Nomes*	Idade	Sexo	Nacionalidade	Escolaridade	Tipo de condição
Bruno	44	M	Portuguesa	12º ano	Primária
Serafim	36	M	Brasil	9º ano	Secundária
Bianca	68	F	Portuguesa	3º Ano	Terciária
Alex	39	M	Portuguesa	6º Ano	Primária
João	55	M	Portuguesa	4º Ano	Primária
José	57	M	Portuguesa	9º Ano	Terciária

*Nomes fictícios

Instrumento

A Entrevista Semiestruturada foi desenvolvida especificamente para o presente estudo, tendo incluído questões destinadas a compreender a narrativa das pessoas face às variáveis a estudar para além de um levantamento dos dados sociodemográficos. Assim, foram explorados diversos aspetos relacionados com as três dimensões em análise (i.e., escassez de oportunidades, exclusão social e apoio social). Para tal formulamos questões relacionadas com a visão da situação pessoal atual, situação familiar e académica/profissional, vivências diárias, perceção do apoio social e visão quanto ao futuro.

Procedimentos

O primeiro passo dos procedimentos consistiu na submissão e autorização do projeto de investigação à Comissão de Ética da Universidade do Minho.

A abordagem aos participantes realizou-se no contexto próprio da pessoa sem-abrigo entrevistada, nomeadamente na zona do Cais do Sodré, em Lisboa. Realizaram-se 6 entrevistas de forma aleatória, através de um acompanhamento de uma equipa de rua de uma instituição que presta apoio a este tipo de população na região de Lisboa. Os participantes foram informados e esclarecidos dos objetivos e procedimentos associados ao estudo, bem como do seu nível de confidencialidade, voluntariedade e anonimato perante a recolha e tratamento dos dados. Para participar no estudo, todos os participantes

aceitaram dar o seu consentimento livre e esclarecido. As entrevistas foram realizadas entre fevereiro e abril de 2017. Em termos de processo de recolha de dados, cada entrevista durou cerca de 20 minutos e optou-se por aplicar um método associado à maiêutica socrática, procurando compreender mais em pormenor a linha de pensamento do indivíduo, sem, no entanto, se tornar intrusivo ou inquisitório. Procurou-se assim garantir um *setting* o mais adequado possível, procurando estabelecer desde logo uma relação de empatia.

Método de Análise – Análise Temática

Para a análise temática ser levada a cabo há um método normalmente utilizado na literatura e explicado de modo mais detalhado nos trabalhos de Braun e Clarke (2006). Para estas autoras a pesquisa temática e qualitativa desenvolve-se em seis fases no que respeita à integração e análise dos conteúdos recolhidos: 1) Familiarizar-se com os dados recolhidos (consiste numa transcrição de dados, leitura dos mesmos e anotação das ideias-chave; 2) Gerar códigos iniciais (codificar de características interessantes dos dados recolhidos); 3) Encontrar temas (resume-se ao agrupamento dos dados em possíveis temas de análise); 4) Análise dos temas (Verificar se os temas se relacionam às codificações dos dados em análise e se estes respondem aos objetivos delineados); 5) Definição e atribuição de nomes aos temas (proceder à análise para refinar as especificidades de cada tema, de acordo com os objetivos em análise, de modo a criar definições claras em cada tema); 6) Redação do relatório (Consiste na seleção dos temas relevantes para a redação do trabalho em questão, em torno dos objetivos delineados na revisão da literatura produzida).

Resultados

A análise de dados consiste numa reflexão crítica de uma investigação. Nesta secção serão apresentados os dados relevantes, tendo por base as narrativas apresentadas pelos participantes. Importa reforçar que os nomes atribuídos aos casos em análise são fictícios. Em termos de análise de temática identificou-se então três grandes temas a analisar: 1) escassez de oportunidades; 2) Exclusão social; 3) perceção de apoio social.

Escassez de oportunidades

Seguidamente apresentam-se as narrativas associadas à *escassez de oportunidades* vivida pelos elementos desta comunidade (Tabela 2). A grande preocupação narrada associa-se essencialmente a escassez no âmbito da possibilidade de encontrar emprego. Nesta medida identifica-se sentimentos de desesperança, impotência, perante o estado atual do mercado de trabalho, e também de resignação, por um lado. Também foram identificados alguns processos de resiliência patentes em alguns dos participantes.

Tabela 2

Escassez de oportunidades

Bruno	“Tive vários trabalhos anteriormente, mas atualmente estou desempregado, é difícil...”
Serafim	“É difícil encontrar trabalho em Lisboa, ainda mais na minha situação” ... “os meus colegas da rua dizem o mesmo...”
Bianca	“Embora esteja reformada, vou fazendo alguns trabalhos por fora...”
Alex	“Agora arranjar emprego está um bocado difícil, está muito mais exigente e nem posso pensar dizer que sou sem-abrigo, nem o que estou a passar... Muita malta como eu queria trabalhar, mas neste ponto...Queremos trabalhar, mas não podemos”.
João	“Sou cabeleireiro, tenho procurado trabalho, às vezes arranja-se, outras não. Vamos lá ver se consigo, hei-de conseguir...”
José	“Eu tinha uma empresa de malhas, cortou-se o crédito e as pessoas que viviam do crédito (pequenas e médias empresas e não sei quê), foram todas a baixo...”

Exclusão social

Passa-se a apresentar a visão da amostra sobre situações de *discriminação* vivenciadas (Tabela 3). Nesta dimensão, as narrativas dão a conhecer uma perceção marcada pela discriminação, desconsideração e insensibilidade para com a condição vivida por estas pessoas sem-abrigo, na ótica dos próprios.

Tabela 3

Exclusão social

Bruno	“Sentimo-nos olhados de lado, em muitos sítios. Mas acho que isso já nem me afeta. Mas às vezes há pessoas que nos olham de lado, a gente sente isso.”
Serafim	“Quem vive na rua sente que as pessoas olham de lado, sente-se discriminação, as pessoas fazem-nos sentir inferior aos outros...”
Bianca	“Não sinto vergonha da minha condição, mas há pessoas que têm vergonha. Outros dizem que olham de lado, mas eu não sinto isso das pessoas”.
Alex	“Há dois tipos de pessoas. Aquelas que repudiam, como que aquela situação nunca lhe chegasse. E depois há as que aproveitam a nossa situação para aconselhar os filhos e dizem: estás a ver filho, quanto melhor fizeres a cama, melhor te vais deitar nela (...) já notei pessoas que usam a situação em que me encontrava para alertar outras pessoas ou os amigos e há ainda quem nos condene e repudie. Acham que estamos nesta situação porque quero, mas não é porque quero.”
João	“Gosto das pessoas do Hospital, mas, por exemplo, tem lá uma senhora que ainda no outro dia correu comigo de lá, eu estava cheio de febre e gripe e acho isso mal, mas não sinto que as pessoas tratem mal na maioria das vezes”.
José	“Temos que ir mais fundo, sabe quando as pessoas vêm uma pessoa aflita e começam logo a coçar-se porque ela tem sarna? Isso já está enraizado, está no português, já. Tipo antes que me aconteça, afasto-me ... as pessoas tratam-nos com ignorância (...) já me serviram comida fora de prazo, com dois e três meses após a data...”

Apoio social

Ao nível do apoio social identificou-se uma perceção de apoio de proximidade associada a suporte de conhecidos, suporte dos técnicos das instituições/ associações de apoio. Em sentido contrário, existe um sentimento de desagrado patente quanto às medidas estatais e ao modo como alguns programas são agilizados, sobretudo no que concerne à burocratização para acesso a apoios e também quanto aos requisitos para ter acesso a algum tipo de apoio (Tabela 4).

Tabela 4

Apoio social

Bruno	<p>“Basicamente, durante o dia tento orientar-me na rua, arrumar carros, pessoas que a gente conhece, alguma caridade, depois (pausa) nós estamos a tratar também, há umas assistentes sociais que nos estão a acompanhar por causa do RSI, para ver se se começa a ter dinheiro, apoios e pronto, é isto ... A emergência no Cais do Sodré fornece-nos produtos e nós temos o balneário de Alcântara, se precisarmos de roupa, temos de deixar um euro e podemos escolher o que lá houver... às vezes as Assistentes Sociais dão-nos boleia para ir ao Hospital.”</p> <p>“A família mais próxima está a começar a ver que já não estou tanto a investir na degradação pessoal como antes e que estou a tentar recuperar. Por isso agora estamos mais próximos”.</p>
Serafim	<p>“Não tenho precisado de hospitais nem da segurança social, apenas do CASA para comer (...) Também me alimento com uns biscates que vou fazendo aqui e ali para os chineses e indianos e vou-me orientando”.</p>
Bianca	<p>“Recorro ao apoio do CASA porque preciso! A minha reforma como é muito pequena não dá para tudo e eu tenho de cá vir porque o dinheiro não chega para comer... o estado andou a roubar-me a torto e a direito porque podia ter ido para a reforma aos 65 anos, se não fosse a minha Assistente Social, hoje não tinha nada”.</p>
Alex	<p>“Fiquei maluco e voltei a consumir outra vez! Só que às vezes estas coisas são assim porque a gente quer. Estou a dormir na rua, mas se quisesse podia estar a dormir numa associação. Já dormi num centro e as coisas estavam a compor-se e começaram a andar por elas próprias, mas recaí... Os apoios da segurança social, deviam ser canalizados para ajudar a pessoa a evoluir, não para reforma-la. Acho que a pessoa podia receber o subsídio do quarto, o RSI, mas devia ter que dar provas do que é que está a fazer. Devia haver um acompanhamento mais direcionado para cada caso, para cada pessoa”.</p>
João	<p>“Durante o dia ando com uma sandes ou duas no bolso, que no dia anterior o CASA nos deu. É a comida da carrinha, se não estava lixado (...) quando preciso também vou ao Hospital e sinto-me bem tratado lá pelos profissionais”.</p> <p>“Os apoios da segurança social podiam estar melhores, é muita burocracia, recebo 170 euros não dá para alugar um quarto e agora o apoio vai acabar, tenho de fazer tudo de novo, os papeis. O meu sonho era poder alugar um quarto...”.</p>
José	<p>“O meu apoio é uma estrelinha que tenho lá em cima que me guiou a vida toda...Há um problema de raíz! É que não são precisas trinta ou quarenta associações, quando muitas delas</p>

são miseráveis, no trato que têm com as pessoas, servem comida para porcos e tratam as pessoas a baixo de cão.”

“A segurança social não apoia ninguém que está a cair. Imagine que estou com um problema qualquer, fiquei desempregado, adoeci, alguma coisa me fez cair, se ainda tenho um pé de meia para uns meses e vou à segurança social pedir apoio, não me dão nada. Antes saíamos de um trabalho tínhamos outro, hoje não é assim, é duro. Os apoios só existem quando a pessoa chega ao fundo do poço e aí é mais difícil de levantar. Dar um apoio antes não existe.”

Discussão

A realidade da pessoa sem-abrigo tem merecido mais atenção da comunidade científica, do ponto de vista psicossociológico. O objetivo deste artigo passou por apresentar a perceção da *pessoa sem-abrigo* face à sua condição social. Este artigo procurou, mais que acrescentar conhecimento sobre a realidade da pessoa sem-abrigo, apresentar algumas narrativas, na primeira pessoa, e questões para posteriores trabalhos científicos e técnicos de apoio a estas populações. Procura-se assim, discutir e apresentar noções que contribuam para a reflexão e ação técnica e científica, analisando aspetos idiossincráticos de uma comunidade da pessoa sem-abrigo da cidade metropolitana de Lisboa. Face ao conteúdo apresentado na secção anterior importa refletir as narrativas à luz da contribuição científica até aqui conhecida sobre os fenómenos em análise.

Ao nível da escassez de oportunidades, encontra-se patente a ideia das dificuldades e preocupações associadas ao acesso ao trabalho nestas populações. Diversos estudos apontam a motivação para o trabalho como um fator presente na pessoa sem-abrigo (Aldeia, 2017; Groton et al., 2017; Hendry, et al., 2017). Contudo, o atual panorama do mercado de trabalho resulta muitas vezes em dificuldades no acesso a um trabalho que garanta alguma fonte de subsistência (Groton et al., 2017), indo ao encontro das narrativas registadas:

“É difícil encontrar trabalho em Lisboa, ainda mais na minha situação ... os meus colegas dizem o mesmo.”

“Agora arranjar emprego está um bocado difícil, está muito mais exigente e nem posso pensar em dizer que sou sem-abrigo, nem pelo que estou a passar.”

“Muita malta como eu queria trabalhar, mas neste ponto, queremos trabalhar, mas não conseguimos.”

“Eu tinha a empresa, mas cortou-se o crédito e as pessoas que vivem do crédito (pequenas e médias empresas), foram a baixo.”

Diversas pesquisas (Alcantara et al., 2015; Hendry et al., 2017) salientam que o problema no acesso ao trabalho e da escassez de envolvimento em atividades de realização pessoal ou profissional não reside muitas vezes na pessoa sem-abrigo. Muitas vezes estão associados aos contextos que não estão preparados culturalmente para integrar estas pessoas, para que de um modo gradual possam ir criando rotinas e ganhando níveis de *empowerment* suficientes para serem bem-sucedidos (Alcantara et al., 2015; Jesus & Menezes, 2010). Para além deste aspeto e como se verificou na análise efetuada, a maioria da pessoa sem-abrigo já teve experiências laborais anteriormente, embora em muitos casos esses empregos tenham sido precários (Aldeia, 2011; Groton et al., 2017; Hendry et al., 2017; Hillyard et al., 2004).

“Tive trabalhos anteriormente...”

“Já tive alguns trabalhos...”

“Eu tinha uma empresa de malhas...”

“Vou fazendo alguns trabalhos na rua...”

A noção de *empowerment* e resiliência da pessoa sem-abrigo mostrou-se uma particularidade patente na narrativa de um dos participantes, que importa assinalar:

“Sou cabeleireiro, tenho procurado trabalho, às vezes arranja-se, outras não. Vamos lá ver se consigo, hei-de conseguir...”

Para Jesus e Menezes (2010), a vivência de uma pessoa sem-abrigo não tem necessariamente de ser marcada pela resignação, isto se processos mentais positivos associados à resiliência e processos de *empowerment* estiverem presentes. Já outros estudos (Hendry et al., 2017; Simões, 2016) referem que a pessoa sem-abrigo pode beneficiar de melhorias ao nível da sua qualidade de vida, quer pelo apoio social prestado, quer por características pessoais que detenham.

Nesta medida, segundo Thomas e colaboradores (2011), incentivar programas ocupacionais que sirvam de estímulo à realização pessoal da pessoa sem-abrigo pode resultar numa medida gradualmente positiva e catalisadora do *empowerment* e da visão

positiva das capacidades pessoais, por parte da pessoa sem-abrigo. Assim cabe às entidades competentes desenvolverem medidas e dinâmicas que promovam uma vida ativa da pessoa sem-abrigo que deve ser contemplada com outras medidas de apoio e de valorização do esforço realizado, por forma a catalisar a autonomia e a visão positiva de si e das expectativas em relação ao futuro. Por exemplo, um estudo de Hoven e colaboradores (2016) concluiu que abordagens facilitadoras do desenvolvimento pessoal, assentes em métodos aplicados de *coaching*, podem revelar-se promissoras, integradas em programas de apoio a pessoa sem-abrigo.

No que se refere à exclusão social, conforme reporta Pilar (2016), a pessoa sem-abrigo é um indivíduo destituído de tudo aquilo que é essencial para a vida de um ser humano (e.g. comida, alojamento, cuidados de saúde, educação, trabalho, afeto). Estas evidências, surgem nas narrativas dos participantes deste estudo, sobretudo no que se refere ao tratamento social da sua condição:

“... há pessoas que têm vergonha... olham de lado...”

“Há dois tipos de pessoas: As que repudiam, como se aquela situação nunca lhe chegasse. E depois há as que aproveitam a nossa situação para aconselhar os filhos...”

Existe também o aspeto relacionado com o tratamento nos serviços de saúde e das políticas implementadas para a inclusão social. Para diversos autores, para que as necessidades da pessoa sem-abrigo sejam satisfeitas, é importante que surjam condições que promovam o aumento do número de recursos humanos nas instituições de apoio, bem como questões associados às condições logísticas e das instalações (Gonçalves, 2016; Simões, 2016; Shier et al., 2010). Este aspeto é importante na medida em que no levantamento de informações verificamos aspetos de maus-tratos por parte de profissionais e negligência no tratamento:

“Gosto das pessoas do hospital, mas, por exemplo, tem lá uma senhora que ainda no outro dia correu comigo de lá, eu estava cheio de febre e gripe e acho isso mal...”

“Já me serviram comida fora de prazo, com dois e três meses após a data...”

O conceito de exclusão social recai de forma diferente em cada sociedade e em cada contexto social, apresentando uma relação com o modo como as questões políticas e sociais emergem e são tratadas nas diferentes épocas (Alcântara et al., 2015). Por este

motivo e seguindo as recomendações de diversos autores (Gonçalves 2016; Pilar, 2016; Speirs et al.,2013), importa ainda refletir ainda sobre o melhoramento da relação mantida no acompanhamento prestado, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos assistentes tanto sejam dos quadros superiores, mas sobretudo dos quadros operacionais e técnicos de acompanhamento.

Quanto ao apoio social percebido pelas pessoas desta comunidade, o presente estudo patenteou sobretudo três ideias chave. Especificamente trata-se da importância dos fatores de proteção como as relações proximais (família e amigos de rua), a importância do contacto institucional, através do suporte de proximidade prestado pelos técnicos das instituições de apoio e por último a perceção de limitações em termos da agilização e implementação das políticas estatais no terreno. Quanto à primeira ideia verifica-se que a possibilidade de aceitação da família e de avanços no desenvolvimento da pessoa sem-abrigo, potenciados quer pela rede de contactos informais do dia-a-dia:

“A família mais próxima está a começar a ver que já não estou tanto a investir na degradação pessoal como antes e que estou a tentar recuperar. Por isso agora estamos mais próximos...”

“Basicamente, durante o dia tento orientar-me na rua, arrumar carros, pessoas que a gente conhece, alguma caridade ... há umas assistentes sociais que nos estão a acompanhar por causa do RSI, para ver se se começa a ter dinheiro, apoios e pronto, é isto ...”

“A emergência no Cais do Sodré fornece-nos produtos e nós temos o balneário de Alcântara, se precisarmos de roupa... e as assistentes sociais dão boleia para o hospital...”

“Há um problema de raiz! É que não são precisas trinta ou quarenta associações, quando muitas delas são miseráveis, no trato que têm com as pessoas, servem comida para porcos e tratam as pessoas a baixo de cão.”

“A segurança social não apoia ninguém que está a cair. Imagine que estou com um problema qualquer, fiquei desempregado, adoeci, alguma coisa me fez cair, se ainda tenho um *pé de meia* para uns meses e vou à segurança social

pedir apoio, não me dão nada. Antes saíamos de um trabalho tínhamos outro, hoje não é assim, é duro. Os apoios só existem quando a pessoa chega ao fundo do poço e aí é mais difícil de levantar. Dar um apoio antes não existe.”

As situações vividas num período recente, associadas a contenção de investimento na área de apoio social, derivadas da crise, deixaram vulneráveis populações que padecem à partida de situações sociais desfavoráveis. Isto resultou naturalmente num aumento da vulnerabilidade destas pessoas, em termos de escassez de oportunidades (sobretudo laborais), aumento da exclusão, que trouxeram desafios aos vários nichos de intervenção que prestam apoio social à pessoa sem-abrigo, especificamente, conforme reporta a literatura (Simões, 2016; Hillyard et al., 2004). Assim, e conforme apontam alguns autores existe uma grande necessidade de abordar esta população com modelos inovadores que possam, de uma forma sustentável, integrar e reabilitar a população sem-abrigo com e sem doença mental (Huffman, 2017; Rivlin, 1985; Thomas et al., 2011). Para Simões (2016) as abordagens tradicionais muitas vezes mitigam a situação das pessoa sem-abrigo, mas dificilmente conseguem obter taxas de redução da problemáticas elevadas. A postura da sociedade, associada ao estigma e as questões culturais, de acolhimento ou exclusão, são um aspeto a ter em conta na análise efetuada (Hillyard et al., 2004; Pemberton, Fahmy, Sutton, & Bell, 2016; Wozniak, 2008). Para Hillyard e colaboradores (2004) é necessário implementar uma visão que permita o acesso a atividades que fomentem a autonomia, o desenvolvimento e crescimento humano, por forma a evitar trajetórias de dano provocado pela postura sociocultural da humanidade face a contextos de vida desfavoráveis.

Conclusão

Para Jesus e Menezes (2010), a realidade da vivência da pessoa sem-abrigo é marcada, por um lado, por percepções e sentimentos associados à discriminação ou à falta de apoio, mas, por outro lado, patenteia que não só apresentam défices ou incapacidades, mas também fatores protetores que catalisem processos de *empowerment* psicológico. O presente estudo permite assim compreender preocupações da pessoa sem-abrigo da região de Lisboa e ao mesmo tempo apresentar dados de que perante a adversidade, estes indivíduos sejam capazes de desenvolver processos de resiliência que devem ser estimulados a partir de uma abordagem individualizada e humanista de intervenção. Desta forma espera-se contribuir assim para a criação de hipóteses e de reflexões que sobretudo pensem e atuem em benefício da pessoa sem-abrigo como alguém com características positivas que precisam de ser trabalhadas, ao seu ritmo e atendendo à sua visão, por forma a potenciar mudanças que capitalizem o desenvolvimento pessoal da pessoa sem-abrigo.

Uma das principais conclusões é que a visão da pessoa sem-abrigo, em relação às linhas de apoio de proximidade (e.g. associações), tendeu a ser positiva e expressando sentimentos de gratidão e proximidade por parte destas. O mesmo não sucede de modo tão linear quando estes participantes se referiram às políticas estatais de apoio. Isto quer dizer que, por um lado, a humanização do acompanhamento prestado pela relação mantida entre técnicos e utentes (pessoa sem-abrigo), recebe um maior reforço de satisfação, comparativamente aos processos burocráticos e políticas estatais de apoio ao sem-abrigo. Um dos exemplos surge essencialmente associado ao fator desemprego, que acaba por estar ligado, por um lado, à falta de incentivos e educação para uma mudança de cultura por parte de entidades patronais e do próprio estado, no que se refere à contratação de serviços prestados pela pessoa sem-abrigo. Este fator pode ser ainda influenciado pelas percentagens de desemprego atuais em Portugal. Na questão do apoio social, uma vez mais as relações de proximidade mantidas com os técnicos e uma patente ligação a relações informais (e.g. amigos de rua, pessoas que prestam caridade), podem acabar por ser fatores protetores capazes de contribuir para um maior bem-estar e autonomia da pessoa sem-abrigo.

De seguida são apresentadas limitações que importa analisar. A primeira limitação está associada ao facto de se tratar um estudo qualitativo e exploratório. Para Seabra (2010) as desvantagens deste tipo de investigação associam-se à imprecisão de dados recolhidos, à subjetividade e por isso apresenta muitas reservas em termos de

generalização de resultados, por lidar, maior parte das vezes com amostras pequenas. No entanto, traz aspetos positivos sobretudo ao nível da validade interna, riqueza de significados e estudo do “mundo experiencial dos participantes”, permitindo preparar depois investigações mais robustas a partir do levantamento de hipóteses analisadas nesta fase de investigação (Pais-Ribeiro, 2010; Seabra, 2010). Outra limitação diz respeito ao número reduzido de participantes. Tal deveu-se por um lado a questões associadas ao acesso aos participantes, uma vez que algumas das pessoas preferiram não participar no estudo. Outro aspeto que importa ter em atenção é o facto de a amostra incidir mais sobre perceções de pessoas do sexo masculino, devendo-se no futuro procurar estudar narrativas da pessoa sem-abrigo do sexo feminino em maior escala. Contudo, importa ressaltar que diversos estudos consideram que a *população sem-abrigo* seja mais representativa no sexo masculino (Speirs, Johnson, & Jirojwong, 2013).

Em termos de investigação futura, as hipóteses lançadas pelo presente estudo dizem respeito essencialmente a dois campos da ação. Por um lado, no campo da investigação pura e por outro lado no campo investigação-ação. Assim, próximos estudos podem incidir sobretudo na análise de algumas questões que surgem com o levantamento e análise dos dados do estudo. Especificamente, pode-se realizar estudos quantitativos que procurem estudar fenómenos como o impacto do estigma social ao nível de processos psicológicos como a autoestima, sintomatologia depressiva, ou também sobre a capacidade de resiliência, o crescimento pessoal e bem-estar psicológico, por exemplo. Em termos de investigação-ação, podem-se desenvolver estudos a partir da implementação de programas longitudinais que prestem um serviço próximo da pessoa sem-abrigo, quer na integração no mercado de trabalho, assim como ao nível da facilitação nos processos burocráticos para beneficiação de apoios estatais vários, sobretudo reforçando as redes de apoio mais próximas, abordando especificamente o reforço de técnicos de apoio de relação. Verificar ainda o impacto da aplicação de medidas de apoio e promotoras da autonomia da pessoa sem-abrigo, em comparação com modelos estruturados e gerais de implementação desses mesmos apoios, pode ser interessante de desenvolver. Esta investigação sugere assim olhar para a pessoa sem-abrigo como alguém uno e especial e não apenas como alguém associado a um nicho social de apoio específico, ou seja, olhar para cada caso como um caso com especificidades e singularidades típicas de cada pessoa, sendo importante olhar a sua realidade de uma perspetiva psico-socio-antropológica.

Referências Bibliográficas

- Alcântara, S., Abreu, D. & Farias, A. (2015). Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. *Revista Colombiana de Psicologia*, 24 (1), 129-143. doi. 10.15446/rcp.v24n1.40659.
- Aldeia, J. (2017). A centralidade do trabalho no fenómeno dos sem-abrigo. *Revista Labor*, 1(11), 20-39.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101. doi. 10.1191/1478088706qp063oa.
- Dwyer, P., Bowpitt, G., Sundin, E., & Weinstein, M. (2014). Rights, responsibilities and refusals: Homelessness policy and the exclusion of single homeless people with complex needs. *Critical Social Policy*, 35(1). 3-23. Doi. 10.1177/026101814546311. doi.10.1177/0261018314546311.
- Gonçalves, J. (2016). As necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo da cidade de Lisboa. (Tese de mestrado não publicada). Lisboa: Instituto Superior Psicologia Aplicada.
- Groton, D. B., Gromer, J. M., Mennicke, A. M., Lee, J., Gul, M., Dupree, E. M., & Munn, J. (2017). "Give Us a Chance": Understanding Job Seeking Among Women Experiencing Homelessness. *Journal of Employment Counseling*, 54(3), 115-131. doi. 10.1002/joec.12060.
- Hendry, D. G., Abokhodair, N., Kinsley, R. P., & Woelfer, J. P. (2017, June). Homeless Young People, Jobs, and a Future Vision: Community Members' Perceptions of the Job Co-op: Full paper. In *Proceedings of the 8th International Conference on Communities and Technologies* (22-31). doi. 22-31. 10.1145/3083671.3083680.
- Hillyard, P., Pantazis, C., Tombs, S., & Gordon, D. (2004). *Beyond criminology: taking harm seriously*. London: Pluto Press.
- Hoven, H., Ford, R., Willmot, A., Hagan, S., & Siegrist, J. (2016). Job coaching and success in gaining and sustaining employment among homeless people. *Research on Social Work Practice*, 26(6), 668-674. doi. 10.1177/1049731514562285.

- Huffman, T. P. (2017). Compassionate communication, embodied aboutness, and homeless young adults. *Western Journal of Communication*, 81(2), 149-167. doi.10.1080/10570314.2016.1239272.
- Instituto da Segurança Social (2015). Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento. *Segurança Social*, 1-43.
- Jesus, M. F. D., & Menezes, I. (2010). A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico. *Análise Psicológica*, 28(3), 527-535.
- Organização das Nações Unidas (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>.
- Pais-Ribeiro, J. (2010). *Metodologia de Investigação em Psicologia da Saúde* (3ª ed.). Lisboa-Legis Editora.
- Pemberton, S., Fahmy, E., Sutton, E., & Bell, K. (2016). Navigating the stigmatized identities of poverty in austere times: Resisting and responding to narratives of personal failure. *Critical Social Policy*, 36(1), 21-37. doi. 10.1177/0261018315601799.
- Pilar, P. (2016). *Perceção de saúde e avaliação das necessidades de intervenção em população sem-abrigo* (Tese de mestrado não publicada). Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Rivlin, L. G. (1985). Making a difference: Concern for the homeless. Paper presented at *The meeting of the American Psychological Association*. Los Angeles, CA.
- Seabra, F. (2010). Ensino Básico: Repercussões de organização curricular por competências na estruturação das aprendizagens escolares e nas políticas curriculares de avaliação (Tese de Mestrado não publicada). Braga: Universidade do Minho.
- Shier, M., Jones, M., & Graham, J. (2010). Perspectives of employed people experiencing homelessness of self and being homeless: challenging socially constructed perceptions and stereotypes. *Journal of Sociology & Social Welfare*, 37(4), 13-37.

- Simões, J. (2016). Viabilidade e implementação de um título de impacto social como meio de redução da população sem-abrigo (Tese de mestrado não publicada). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Speirs, V, Johnson, M., & Jirojwong, S. (2013). A systematic review of interventions for homeless women. *Journal of Clinical Nursing*, 22, 1080–1093. doi. 10.1111/jocn.12056.
- Thomas, Y., Gray, M., McGinty, S., & Ebringer, S. (2011). Homeless adults engagement inart: First steps towards identity, recovery and social inclusion. *Australian Occupational Therapy Journal*, 58, 429-436. doi. 10.1111/j.1440 1630.2011.00977.
- Topolovec-Vranic, J., Schuler, A., Gozdzik, A., Somers, J., Bourque, P. E. Frankish, C. J.,... & Hwang, S.W. (2017). The high burden of traumatic brain injury and comorbidities amongst homeless adults with mental illness. *Journal of Psychiatric Research*, 85, 53 60. doi.10.1016/j.psychires.2016.12.004.
- Wozniak, J. F. (2008). Poverty and peacemaking criminology: Beyond mainstream criminology. *Critical Criminology*, 16(3), 209-223. doi. 10.1007/s10612-008 9056-6.